

		
		
 município de Leiria		

AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO

**PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE
CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO EM PROJECTO**

(NÚMERO 1 DO ARTIGO 10.º DO DECRETO-LEI 46/2008, DE 12 DE MARÇO)

REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE (PPG--RCD)

DONO DA OBRA: Município de Leiria	PÁGINA
OBRA: AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO	
ENTIDADE EXECUTANTE:	

ENTIDADE	N.º DE CÓPIAS	DATA	RUBRICA

Nota: Este quadro deverá ser mantido atualizado pela entidade executante à medida que o PPG--RCD para a execução da obra for sendo distribuído pelos subempreiteiros e trabalhadores independentes

FOLHA DE ACTUALIZAÇÕES E CORREÇÕES

DONO DA OBRA: Município de Leiria	PÁGINA
OBRA: AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO	
ENTIDADE EXECUTANTE:	

DATA	ACTUALIZAÇÃO/ CORREÇÃO EFETUADA	RÚBRICA

Nota: Este quadro deverá ser mantido atualizado pela entidade executante à medida que o PPG--RCD para a execução da obra for sendo distribuído pelos colaboradores, subempreiteiros, trabalhadores independentes e outras partes interessadas.

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Designação da Empreitada:

Identificação do Dono de Obra

Nome: Município de Leiria

Endereço: Largo da República, 2414-006 Leiria

Telefone: 244 839 500

E-mail: cmleiria@cm-leiria.pt

Representante: _____

Fiscalização Ambiental

Nome/Empresa:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome do Fiscal:

Identificação da Entidade Executante

Nome:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Representante:

Nº Identificação Pessoa Coletiva (NIPC):

CAE Principal Rev3:

Identificação do local de Estaleiro:

Dados gerais da Obra

Tipo de Obra: Empreitada de Obra Pública Código do

CPV:

Identificação do local de implantação:

Nº de processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) (quando a tal estiver sujeito):

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPG-RCD) refere-se à Empreitada de “**AMPLIAÇÃO DA RUA DOS MOINHOS DE VENTO**”, cujo Dono de Obra é o Município de Leiria.

A rua dos Moinhos de Vento possui um carácter maioritariamente urbano, desenvolvendo-se no sentido oeste – este, com início a partir do entroncamento com a rua da Escola, encontrando-se dotada de pavimento betuminoso no troço inicial com cerca de 140 metros de extensão.

Elaborado em fase de projeto, o Plano pretende assegurar o cumprimento dos princípios gerais de Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição que devem ser observados na generalidade dos trabalhos desta natureza e de todos os condicionamentos específicos que resultam da aplicação dos métodos e técnicas construtivas.

Pretende-se melhorar a gestão de resíduos, limitando a sua produção e promovendo a sua reutilização, reciclagem e valorização, englobando todas as iniciativas que permitem reduzir ou eliminar, quer a quantidade, quer o carácter de perigosidade dos resíduos.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A gestão dos RCD inclui todas as operações que visam a sua prevenção e reutilização, bem como a sua recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação.

A responsabilidade pela gestão dos RCD extingue-se com a entrega dos RCD em instalações ou operadores de gestão de resíduos devidamente licenciados ou através da transferência dessa responsabilidade para as entidades responsáveis por sistema de gestão de fluxos de resíduos.

Sempre que possível será dada prioridade à prevenção, reutilização, seguidas da reciclagem ou valorização e, só em último caso, à deposição em aterro.

Os RCD serão entregues em instalações ou operadores de gestão de RCD devidamente licenciados para o efeito.

Todas as pessoas envolvidas na obra deverão ter conhecimento e estar sensibilizadas para a necessidade de garantir uma gestão adequada dos RCD.

O Plano de prevenção e gestão de RCD pode ser alterado pelo dono de obra na fase de execução, sob proposta do produtor de RCD, ou, no caso de empreitadas de conceção-construção, pelo adjudicatário com a autorização do dono de obra, desde que a alteração seja devidamente fundamentada – n.4 do art.10º do DL nº46/2008 de 12 Março.

3 ENQUADRAMENTO LEGAL

No âmbito específico deste plano deverá ser tida em consideração toda a legislação em vigor no que respeita à gestão de resíduos e de terras: DL 178/2006 de 5 de Setembro (estabelece os princípios gerais da gestão de resíduos); a Portaria 335/1997 de 16 de Maio (Regulamenta o Transporte de Resíduos); Declaração da Comissão 2001/118/CE, de 16 de Janeiro – Lista Europeia de Resíduos (LER), através da Portaria 209/2004 de 3 de Março, de acordo com o DL 46/2008 de 12 de Março (Gestão de RCD – Resíduos de Construção e Demolição) que está em harmonia com o art.º 20 do DL 178/06, de 5 de Setembro (Regime Geral de Gestão de Resíduos).

4 CARACTERIZAÇÃO DA OBRA

4.1 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA INTERVENÇÃO

O desígnio deste projeto reside no prolongamento da atual rua dos Moinhos de Vento, numa extensão de cerca de 160 metros.

Desta forma, adotou-se uma largura da faixa de rodagem da rua de 6 metros, procedeu-se ao restabelecimento de um caminho público e a criação de estacionamento para veículos ligeiros.

Foram ainda introduzidas na via, as marcações rodoviárias, com pintura longitudinal descontínua no eixo e sinalização vertical, de forma garantir um padrão adequado de segurança para todos os utentes da via.

Por último, foi ampliada rede de drenagem de águas pluviais e de águas residuais urbanas.

4.2 MÉTODO CONSTRUTIVO A UTILIZAR

Os métodos construtivos a adotar, associados aos trabalhos que adiante se referem, deverão permitir que a gestão de RCD gerados na obra se realize de acordo com os princípios de autossuficiência, responsabilidade pela Gestão; da prevenção e redução, da hierarquia das operações de gestão de resíduos, da responsabilidade do cidadão, da regulação da gestão de resíduos e da equivalência.

4.2.1) PRINCÍPIO DA AUTO-SUFICIÊNCIA

A entidade Executante deverá entregar ao Dono de Obra/ Fiscalização uma declaração, comprometendo-se que o transporte e destino de todos os resíduos produzidos em obra decorrerão somente em território nacional.

4.2.2) PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO

É da responsabilidade do produtor dos resíduos o transporte e destino final dos mesmos. Todas as consequências que advenham do incorreto transporte e/ou destino final dos resíduos são imputadas à Entidade Executante.

A Entidade Executante deverá apresentar cópias dos contactos com entidades gestoras de resíduos licenciados, bem como as guias de transporte dos resíduos de construção e demolição devidamente preenchidos e carimbados. A guia de transporte será do género da que se apresenta no Anexo deste Plano e Gestão de Resíduos.

4.2.3) PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE RESÍDUOS

A Entidade Executante deve apresentar medidas de gestão de resíduos que deem prioridade à prevenção e redução de resíduos, mas essas medidas não podem criar efeitos nefastos tanto para a saúde pública como para o ambiente.

4.2.4) PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS

A gestão de Resíduos deve assegurar a seguinte hierarquia de operações:

- 1.º - Redução de resíduos;
- 2.º - Reutilização dos Resíduos na obra ou em local apropriado;
- 3.º - Reciclar;
- 4.º - Eliminar.

4.2.5) PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DO CIDADÃO

Torna-se essencial para que o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos seja viável, a envolvência de todos os intervenientes da obra. Para tal é necessário efetuar ações de formação e sensibilização, que serão da responsabilidade quer do Dono da Obra, quer da Entidade Executante.

4.2.6) PRINCÍPIO DA REGULAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS

A gestão dos resíduos deve ser realizada nos termos dos DL nº178/2006 de 5 de Setembro e DL nº46/2008 de 12 Março. É estritamente proibida a realização de operações de armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos não licenciados. É ainda proibido o abandono de resíduos, bem como a sua descarga em locais não licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos.

5 METODOLOGIA DE PREVENÇÃO DE RCD,

Identificação e estimativa dos materiais a reutilizar na própria obra ou noutros destinos.

A Entidade Executante deverá para cada fase da obra, elaborar a identificação e estimativa dos materiais a reutilizar na própria obra ou noutros destinos.

6 METODOLOGIA DE ACONDICIONAMENTO E TRIAGEM DE RCD

A correta triagem no local de produção constitui um contributo fundamental para maximizar a valorização dos resíduos produzidos. A triagem dos RCD produzidos na obra deverá efetuar-se preferencialmente no local de produção.

A triagem apenas é efetuada aquando da ocorrência de resíduos estando a cargo da empresa ou entidade adjudicatária, que procederá à sua separação, armazenagem e encaminhamento.

O Estaleiro contará com uma área, de dimensões adequadas, designada de Parque de Resíduos, que compreenderá duas zonas distintas:

A – Zona de resíduos não perigosos, destinada ao armazenamento dos designados RIB's (resíduos industriais banais). Esta zona deve dispor de todo o equipamento necessário e específico para o armazenamento adequado dos vários tipos de resíduos não perigosos, nomeadamente contentores diferenciados por classe de resíduos e devidamente identificados.

Estes permanecerão na zona de resíduos não perigosos até serem retirados e transportados para o seu destino final, por operadores licenciados.

B – Zona de resíduos perigosos, destinada ao armazenamento de resíduos que pelas suas características de toxicidade, nocividade, agressividade, inflamabilidade, ou outras, deverão ser objeto de especiais cuidados.

O Parque de resíduos deverá dispor de todo o equipamento necessário e específico ao armazenamento seguro dos RCD, tais como:

- Zona pavimentada, coberta e devidamente impermeabilizada;
- Contentores fechados;
- Sinalética de prevenção;
- Bacias de retenção para os resíduos que possam conter líquidos perigosos;
- Materiais absorventes;
- Extintores.

A metodologia a adotar para a preparação do Parque de Resíduos, bem como a sua gestão englobará:

- Preparação do terreno de forma a evitar eventuais contaminações do solo;
- Seleção dos contentores a colocar, em função da classe, tamanho e peso dos RCD considerados;
- Definição de zonas fixas de depósito temporário de resíduos, devidamente delimitadas e identificadas.

No parque de resíduos existirão contentores para armazenagem temporária de RCD. Todos os contentores deverão possuir rótulos de identificação que incluam:

- Tipo de resíduo;
- Código LER;
- Grau de perigosidade (fundo do rótulo a cor laranja para resíduos perigosos).

Todos os resíduos produzidos em obra devem ser inventariados, devendo o respetivo registo incluir a designação do resíduo, a classificação LER, a origem do resíduo, a forma de acondicionamento, o local de armazenagem, a entidade contratada para proceder ao transporte do resíduo para fora da obra (caso não seja reaproveitado/reutilizado) e o destino final do resíduo.

Todas as substâncias perigosas armazenadas e/ou utilizadas em obra ou no estaleiro devem ser inventariadas, devendo neste registo constar a designação da substância, a sua forma de acondicionamento, o local de armazenagem, a quantidade armazenada e a ficha de segurança da substância/produto.

Os resíduos serão armazenados temporariamente em boas condições, respeitando as zonas A e B definidas para o Parque de Resíduos, de modo a que não ocorra degradação, nem mistura de resíduos de natureza distinta, de forma a não inviabilizar posteriores tratamentos nem alterar o seu grau de perigosidade.

A Zona B do Parque de Resíduos deve ser exclusiva, coberta, impermeabilizada, se necessário com contenção secundária apropriada aos volumes armazenados, e apresentar identificação clara e bem visível.

Os resíduos perigosos não devem ser armazenados na obra durante mais de 3 meses, contabilizados desde o enchimento total de recipiente utilizado para a sua armazenagem temporária. O recipiente de resíduos perigosos será fechado. Estes resíduos devem ser encaminhados para operadores licenciados para valorização/eliminação.

A empresa ou entidade adjudicatária deverá, se necessário, instalar “kits” de material absorvente em cada área específica de armazenagem, os quais devem ter capacidade de absorção/remoção adequado às quantidades armazenadas.

O manuseamento de substâncias perigosas deve ser realizado com os devidos cuidados, de forma a

evitar a ocorrência de derrames e fugas para o solo, recursos hídricos e caleiras pluviais.

Sempre que ocorram derrames de combustíveis, óleos, tintas, vernizes, etc., e os sistemas de retenção utilizados não sejam suficientes, deverá ser recolhida a terra contaminada e colocada em recipiente estanque, coberto e devidamente identificado, destinado apenas a este tipo de resíduo. No sentido de se evitar a ocorrência de derrames acidentais de óleos ou combustíveis, associados ao funcionamento de maquinaria a utilizar na fase de construção, todas as operações de manutenção dessa maquinaria devem ser efetuadas em local próprio para o efeito, dentro da área a ocupar pelo estaleiro da obra e devidamente impermeabilizada.

Nesse local haverá um recipiente fechado para colocação de óleos usados.

A armazenagem de substâncias pulverulentas (cimento, britas, areias, etc.), deve ser realizada em zona dedicada e apresentar condições de proteção à ação do vento evitando a dispersão destas substâncias.

Para madeiras e metais ferrosos será criado no Parque de Resíduos (Zona A) um espaço delimitado para armazenamento temporário deste tipo de materiais.

Outros resíduos como plásticos, sacos de cimento e outros não especificados, que sejam gerados no decorrer da obra, serão armazenados temporária e separadamente em contentores apropriados para cada tipo, enquanto aguardam o encaminhamento para reciclagem, valorização ou eliminação.

O adjudicatário deverá ainda dar cumprimento às disposições legais aplicáveis aos fluxos específicos de resíduos contidos nos RCD, designadamente os relativos aos resíduos de embalagens, de equipamentos elétricos e eletrónicos, óleos usados, pneus usados e resíduos contendo polibifenilos policlorados (PCB).

Os resíduos urbanos produzidos em obra, nomeadamente embalagens de comida e bebida, restos de alimentos, papel de escritórios e outros lixos correntes, disporão de recipientes dedicados para o seu acondicionamento e serão encaminhados através dos serviços municipais existentes no local da obra.

A empresa ou entidade adjudicatária da obra deverá apresentar um Plano de Triagem e de Acondicionamento de Materiais RCD consentâneo com este PPG e com a legislação em vigor, para aprovação pela fiscalização da obra.

7 RECOLHA E TRANSPORTE DE RCD

As operações de recolha e de transporte de resíduos na obra, no estaleiro ou para o exterior, devem ser efetuadas de forma a evitar a sua dispersão, derrame ou mistura.

Os resíduos líquidos e pastosos devem ser acondicionados em embalagens estanques, cuja taxa de enchimento não exceda os 98 %.

Os resíduos sólidos podem ser acondicionados em embalagens ou transportados em granel, em veículo de caixa fechada ou veículo de caixa aberta, com a carga devidamente coberta.

Todos os elementos de um carregamento devem ser adequadamente arrumados no veículo e escorados, de forma a evitar deslocações entre si ou contra as paredes do veículo.

Quando, no carregamento, durante o percurso ou na descarga, ocorrer algum derrame, a zona contaminada deve ser imediatamente limpa, recorrendo a produtos absorventes, quando se trate de resíduos líquidos ou pastosos.

Quando os resíduos a transportar se encontrarem abrangidos pelos critérios de classificação de mercadorias perigosas, previstos no Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE), aprovado pela Portaria n.º 1196-0/97 de 24 de Novembro (alterada pela Portaria n.º 729/2000 de 7 de Setembro), o seu transporte deve cumprir o previsto nesse regulamento. Sempre que ocorrer recolha e transporte de resíduos da zona da obra ou do estaleiro, para o exterior, devem ser preenchidas as respetivas Guias de Acompanhamento dos RCD (GAR) (Portaria 417/2008, de 11 de Junho). Excetua-se desta necessidade a recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados, se assegurados pelos Serviços Municipais.

As Guias de Acompanhamento dos RCD (GAR) devem ser preenchidas e arquivadas pelo adjudicatário, sob responsabilidade do Diretor de Obra.

Deve ser exigida a apresentação de uma cópia dos exemplares das Guias de Acompanhamento dos RCD (GAR) dos transportadores e do destinatário final (já carimbadas).

Devem ser disponibilizadas pelo adjudicatário ao dono da obra, através da fiscalização, cópias dos certificados de receção dos RCD, emitidos pelos operadores de gestão de RCD e que deverão ser enviados ao adjudicatário até 30 dias após a receção dos resíduos na sua instalação.

As entidades que asseguram a recolha e transporte de resíduos para o exterior devem ser licenciadas, pelo que tal deve ser averiguado previamente à contratação do transporte, solicitando uma cópia da respectiva autorização/licença de transporte.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A) Deve o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos atender ainda às solicitações que o adjudicatário deverá cumprir durante a execução da obra:

i) Cumprir a legislação em vigor relativamente à gestão de resíduos (entre outros aplicáveis:

Portaria 4177/200877 de 11 de Junho – Modelos de guias de acompanhamento DL 46/2008 de 12

de Março – Resíduos de construção e demolição;

DL 178/2006 de 5 de Setembro – Regime geral de gestão de resíduos;

DL 174/2005 de 25 de Outubro – Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos;

Portaria 209/2004 de 3 de Março – Lista Europeia de Resíduos;

Despacho 25297/2002 de 27 de Novembro (2ª Série) – Medidas de defesa e valorização dos componentes ambientais;

DL 153/2003 de 11 de Julho – Óleos usados; DL 117/94 de 3 de Maio – Entulhos;

Portaria 335/97 de 16 de Maio – Regras de transporte rodoviário de resíduos DL 139/89 de 28 de Abril – Vazadouros e empréstimos;

ii) Executar o Plano de Prevenção e Gestão de Construção e Demolição;

iii) Através da Nota Técnica de Gestão Ambiental (NTGA) deverá demonstrar a capacidade para o cumprimento das medidas de índole ambiental a adotar na obra de forma a reduzir ou evitar os impactos ambientais decorrentes das atividades construtivas.

iv) Responsabilizar-se pela gestão de todo o tipo de materiais residuais produzidos na área afeta à obra (entulhos, lamas, betumes, óleos, lubrificantes, combustíveis, produtos químicos, resíduos sólidos e outros materiais residuais da obra) através da definição e da implementação de um plano integrado de gestão de resíduos, tendo em particular atenção os seguintes aspetos:

- Implantar volumes de contenção secundária (impermeabilizados e com sistema de drenagem independentes) em locais específicos para a armazenagem de óleos, lubrificantes, combustíveis, produtos químicos e outros materiais residuais da obra suscetíveis de serem acidentalmente derramados;
- Definir operações de armazenagem em locais específicos de todo o tipo de materiais residuais produzidos na área afeta à obra;
- Definir operações de transporte de todo o tipo de materiais residuais produzidos na área afeta à obra para os destinos finais adequados de tratamento, valorização ou eliminação;
- Adotar medidas que visem minimizar a perturbação nas zonas adjacentes à obra face ao transporte de terras escavadas e outros materiais residuais da obra, tendo em atenção as consequências que daí poderão advir para a população e o ambiente em geral;
- Estudar e definir cuidadosamente, consultando as entidades oficiais competentes, os locais e possibilidades de depósito definitivo de terras escavadas e outros materiais residuais da obra, bem como de empréstimos, em função das suas características e ausência/presença de contaminação e da redução da distância entre a área afeta à obra e o depósito definitivo.

- Promover a reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra;
- Promover a existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos RCD;
- Promover a aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, nos casos em que tal não seja possível, o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado;

B) O presente Plano inclui um conjunto de indicações, atividades e procedimentos cuja execução prática pode ser condicionada pela capacidade local, momentânea ou permanente, dos operadores de gestão de RCD licenciados. Assim, este Plano pode ser sujeito a alterações, se justificadas, e que poderão ser efetuadas pelo dono da obra por proposta do adjudicatário, ou por iniciativa daquele desde que com o acordo do empreiteiro. Em qualquer dos casos o facto deve ser mencionado em Livro de Obra.

C) O PPG deverá ser do conhecimento geral dos intervenientes na obra, na versão original ou na que se encontrar em vigor, deve estar disponível para consulta no local da obra. O adjudicatário realizará ações de sensibilização para os operadores afetos à obra, incluindo subempreiteiros e trabalhadores independentes, para que estes procedam em consonância com o exposto no presente Plano, das quais manterá um registo atualizado.

D) Após a conclusão da obra o adjudicatário garantirá a remoção de todo o tipo de materiais residuais produzidos na área afeta à obra e no estaleiro, deixando o local, senão melhor, pelo menos em condições ambientais idênticas às que encontrou.

Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 4 do Artigo 395.º do Código dos Contratos Públicos, na receção provisória da obra deverá ser atestada a “correta execução do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável”, do Auto de Receção Provisória, a lavrar, deverá constar uma referência explícita ao modo como o Plano foi executado.

9 OMISSÕES

Em tudo em que este PPG for omissivo, deve cumprir-se a legislação e regulamentação de Ambiente e Gestão de Resíduos em vigor.

Mortágua, ABRIL de 2021

(Sofia Amaral, Eng.^a Tec. Civil)

ANEXOS

ANEXO I

(Resumo do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição)

(Logótipo da empresa)	RESUMO	N.º ____/____ Pág. ____ de ____
-----------------------	---------------	--

I – Dados gerais da entidade responsável pela obra

- a) Nome: Município de Leiria
- b) Telefone: 244 839 500 E-mail: cmleiria@cm-leiria.pt
- c) *Número Identificação Pessoa Coletiva (NIPC):*
- d) *CAE Principal Rev3:*

II – Dados gerais da Obra

- a) Tipo de Obra (construção de estrada, ponte, edifício;....)
- b) Código do CPV
- c) Identificação do local de implantação
- d) Número de processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)

III – Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

1. Caracterização da obra

- a) Caracterização sumária da obra a efetuar
- b) Descrição sucinta dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos no art.º 2º do DL...

2. Incorporação de reciclados

a) Metodologia de prevenção RCD		
b) Materiais a reutilizar em obra		
Identificação dos materiais	Quantidade a reutilizar (t)	Quantidade a reutilizar relativamente ao total de materiais usados (%)

4. Acondicionamento e triagem

- a) Referência aos métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afeto à mesma
- b) Caso a triagem não esteja prevista, apresentação da fundamentação para a sua possibilidade

5. Produção de RCD

Código (LER)	Quantidades produzidas (t)	Quantidades recicladas (%)	Operação de reciclagem	Quant. para valorização (%)	Operação de valorização	Quant. para Eliminação (%)	Operação de eliminação

ANEXO II

(Modelo de Registo de Dados de Resíduos de Construção e Demolição)

MODELO DE REGISTO DE DADOS DE RCD

I – materiais reutilizados e RCD produzidos

Materiais reutilizados tipologia	Em obra		Outra	
	Tipo de utilização	(ton ou l)	Tipo de utilização	(ton ou l)
RCD – código LER (*)	Incorporação em obra		Operador (**) (ton ou l)	
	Tipo de utilização	(ton ou l)		
RCD total (ton ou l)				
Total (ton ou l)				

II – Responsável pelo preenchimento

Assinatura:	Data:
-------------	-------

* De acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de Março (Lista Europeia de Resíduos)

** Anexar cópia dos certificados de receção emitidos pelos operadores de gestão devidamente legalizados

ANEXO III

(Modelo de Certificado de Receção de Resíduos de Construção e Demolição)

(Logótipo da empresa)	Guias de Certificado de Receção de RCD	N.º ____/____ Pág. ____ de ____
-----------------------	---	--

I – Identidade que emite certificado

Nome:			
Morada:		Localidade:	
Código Postal:	Tel.:	Fax.:	E-mail:
Número da licença:		Número Contribuinte:	
		Número de registo SIRER:	

II – Produtor/Detentor

Nome:			
Morada:		Localidade:	
Código Postal:	Tel.:	Fax.:	E-mail:
Número Contribuinte:		Alvará ou título de registo do InCI	

III – Transportador

Nome:			
Morada:		Localidade:	
Código Postal:	Tel.:	Fax.:	E-mail:
Número Contribuinte:			
Alvará ou título de registo do InCI			

IV – Classificação (*) e Identificação das Operações de valorização ou de eliminação de RCD

Código LER	Quantidade (ton ou m³)	Operações de valorização	Operações de eliminação

Data: ____ / ____ / ____ Período a que respeita: ____ / ____ a ____ / ____

Assinatura _____

* De acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de Março (Lista Europeia de Resíduos)

ANEXO IV

(Modelo de Acompanhamento no Transporte de Resíduos de Construção e Demolição)
(Modelo I)

(Logótipo da empresa)	Guias de Acompanhamento de RCD Provenientes de um único produtor/detentor	N.º ____/____ Pág. __ de __
-----------------------	--	--

I - Identificação do transportador

Nome:		Morada:	
Localidade:		Concelho:	
Código Postal:	CAE:	NIF:	
Tel.:	Fax.:	E-mail	
Matrícula do Camião ou Trator:		Matrícula do Reboque ou Semi-Reboque:	

Data: / /

Assinatura do Motorista:

II – Identificação da obra

Nome:		
Morada :		
Alvará nº:	Localidade :	Concelho:
Código Postal:	Tel. :	Fax.:

III – Identificação do Produtor ou detentor

Nome:		
Morada :		Localidade:
Concelho:	Alvará ou Título de registo do InCI:	
Código Postal:	Tel.:	Fax.:

Data: / /

Assinatura:

IV - Classificação* e quantificação dos RCD e identificação do respetivo operador de gestão

Movimentos	Código LER	Quantidade (ton ou m ³)	Destinatário	Assinatura do Destinatário
1				

(Logótipo da empresa)	Guias de Acompanhamento de RCD	N.º ____/____
	Provenientes de um único produtor/detentor	Pág. ____ de ____

Movimentos	Código LER	Quantidade (ton ou m ³)	Destinatário	Assinatura do Destinatário
2				
3				

* De acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de Março (Lista Europeia de Resíduos)

ANEXO V

**(Modelo de Acompanhamento no Transporte de Resíduos de Construção e
Demolição) (Modelo II)**

(Logótipo da empresa)	Guias de Acompanhamento de RCD Provenientes de mais de um produtor/detentor	N.º ____/____ Pág. ____ de ____
-----------------------	--	--

I - Identificação do transportador

Nome:			
Morada:			
Localidade:		Concelho:	
Código Postal:	CAE:	NIF:	
Tel.:	Fax.:	E-mail.	
Matrícula do Camião ou Trator:		Matrícula do Reboque ou Semirreboque:	

Data: / /

Assinatura do Motorista:

II – Identificação da obra

Nome:		
Morada :		
Alvará nº:	Localidade:	Concelho:
Código Postal:	Tel.:	Fax.:

III – Classificação* e quantificação do resíduo, identificação do produtor/detentor e respetivo operador de gestão

Movimentos	ID Produtor ou Detentor	Código LER	Quantidade (ton ou m ³)	Destinatário	Assinatura do Destinatário										
1	Nome:	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>													
	Alvará ou Título de registo do InCI:	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>													
	Morada:	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>													
	Localidade:	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>													
	Código Postal:	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>													
Tel.:	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>														
Fax.:	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>														
Assinatura:															

(Logótipo da empresa)	Guias de Acompanhamento de RCD Provenientes de mais de um produtor/detentor	N.º ____/____ Pág. ____ de ____
-----------------------	--	------------------------------------

Movimentos	ID Produtor ou Detentor	Quantidade (ton ou m³)	Destinatário	Assinatura do Destinatário
2	Nome:			
	Alvará ou Título de registo do InCi			
	Morada:			
	Localidade:			
	Código Postal:			
	Tel.:			
	Fax.:			
	Assinatura:			
3	Nome:			
	Alvará ou Título de Registo do InCi			
	Morada:			
	Localidade:			
	Código Postal:			
	Tel.:			
	Fax.:			
	Assinatura:			
4	Nome:			
	Alvará ou Título de Registo do InCi			
	Morada:			
	Localidade:			
	Código Postal:			
	Tel.:			
	Fax.:			
	Assinatura:			

* De acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de Março (Lista Europeia de Resíduo)

